

**CEDI**

**Povos Indígenas no Brasil**

Fonte: O Estado de S. Paulo Class.: 12

Data: 23/08/77 Pg.: 16

**Cimi defende nova legislação indígena**

**Ismarth volta do Amapá otimista**

Do correspondente em  
**MACAPÁ**

Após uma visita de seis dias às 10 aldeias das tribos galibi, caripuna e palikur, que habitam a região do Oiapoque, junto à fronteira com a Guiana Francesa, o presidente da Fundação Nacional do Índio, Ismarth Araujo de Oliveira, retornou, ontem, a Brasília. Juntamente com sete diretores de diversos departamentos da Funai e o índio Juruna, Ismarth visitou pela primeira vez as tribos do Norte do País.

Ismarth, que considerou a situação dos índios do Amapá "melhor do que esperava encontrar, ressaltou que o Governo, por meio da prefeitura municipal de Oiapoque, presta contínua assistência às tribos, nos setores de saúde e educação. "Esta é a primeira vez que encontro um governo local preocupado em dar todo apoio ao índio", afirmou.

O cacique Mário Juruna, porém, não ficou tão entusiasmado quanto o presidente da Funai com o que viu nas tribos.

"Estão muito misturados, não são mais tribos puras, pois houve a intervenção dos franceses e brasileiros das cidades". Ismarth explicou a presença do índio brasileiro no território francês como um fato comum que ocorre em vários pontos e assegurou que a Funai está analisando as tendências dessas tribos para elaborar um projeto que proporcionará assistência ao índio, evitando assim que ele ultrapasse a fronteira.

A visita dos técnicos da Funai não se estendeu a todas as tribos do Amapá, pois mesmo na região do Oiapoque as tribos oiampi e emerenhões não foram visitadas, assim como as duas tribos localizadas na Serra Lombard e na região do Jari. Ismarth anunciou que o órgão fará um protocolo de intenções para definir parcelas de responsabilidade do governo local e da Funai, com vistas a prestar uma melhor assistência ao índio do Amapá. "Esses esforços", explicou o presidente da Funai, "propiciarão um maior desenvolvimento para a futura integração e servirão de exemplo a outros Estados".

O Conselho Indigenista Missionário — Cimi, reuniu-se este fim de semana em São Paulo com juristas, historiadores e antropólogos, dando início a um movimento cujo objetivo é a elaboração de um Direito especial para o índio. Ao mesmo tempo, em Petrópolis, realizou-se outra reunião para debater exclusivamente os aspectos ligados à catequese.

Para d. Tomás Balduino, presidente da entidade, o índio em si não precisa de Direito. "Essa necessidade surge em razão da sociedade envolvente e conflitante. Mas o que temos agora é um Direito da branquitude, feito do branco para o branco; o índio continua sendo o elemento mais marginalizado da sociedade nacional".

Um dos integrantes do movimento agora iniciado é d. Cândido Padim, que defende a reformulação do conceito de tutela como base de uma nova ordenação jurídica. Desde o Código Civil de 1916, o índio é igualado ao menor e, portanto, considerado incapaz. Daí surgiu a figura da tutela, exercida pelo governo federal.

"Todavia, o índio não se julga incapaz, de acordo com seus padrões culturais — observou d. Tomás. Com a tutela pretendeu-se, principalmente, protegê-lo, das ameaças externas e ela implica a defesa do tutelado em todas as situações. Com relação ao índio, entretanto, tem ocorrido justamente o contrário".

"A legislação atual é manipuladora do índio. Ele é submetido aos interesses econômicos, desenvolvimentistas etc. As leis foram criadas segundo uma mentalidade colonialista escravagista. A tutela — explicou Balduino — ao mesmo tempo que protege cercela o índio: ele é sempre impedido de fazer valer suas perspectivas. Tudo que lhe diz respeito foi imposto por uma cultura diferente".

O Estatuto do Índio, por sua vez, é considerado um documento que parte da negação fundamental do direito dos índios ao ter a integração por objetivo. "É negado ao índio, portanto, o direito de permanecer dentro de sua própria cultura".

Para se chegar a um Direito do Índio, como pretende o Cimi, será preciso um trabalho de conscientização dos legisladores e da própria sociedade, para que as leis correspondam à necessidade dos indígenas. "Hoje — afirmou d. Tomás — o índio está muito mais consciente de sua identidade, de sua força e importância no Brasil e na América Latina e o tem demonstrado em suas assembleias".

Os resultados dos encontros de chefes indígenas, inclusive da assembleia de Roraima dissolvida pela Funai, serão amplamente estudados em nova reunião, de 28 de novembro a 2 de dezembro, e servirão como orientação básica aos especialistas que estudam o problema, entre eles o professor Daimo Dallari, da USP, e o jesuíta Jesus Hortal. E o Cimi pretende intensificar a realização desses encontros. O próximo será promovido pelos Xavantes da reserva de São Marcos, em Mato Grosso.

Na reunião deste fim-de-semana foi analisada também a violação aos direitos das missões. Todavia, os integrantes do Cimi não julgam necessária uma legislação especial a respeito e citam o artigo 9º da Constituição (que impede a interferência mútua entre Estado e Igreja) e uma lei de 1928 que facultava a catequese religiosa aos índios, sem prejuízo da fiscalização do órgão tutelar.

CEDI

## Povos Indígenas no Brasil

Fonte: O Estado de S. Paulo Class.: 12Data: 23/08/77Pg.: 16 (cont.)

## Pouco resta da cultura original

**ELSON MARTINS DA SILVEIRA**  
Enviado especial

A reserva do Auçá, no município de Oiapoque, no território do Amapá, visitada pelo presidente da Funai e seus assessores pela primeira vez na última semana, é uma região belíssima onde se agrupam cerca de dois mil índios dos grupos palikur, galiby e karipuna. A coluna vertebral desse vale, situado na parte litorânea e sob a influência do Atlântico, é o rio Uaçá com seus 150 quilômetros de extensão.

Nesse rio e nos seus afluentes Curipi e Urucaú estendem-se os aldeamentos indígenas. Do Oiapoque até essa região gasta-se horas e horas em barco a motor. Oiapoque, por sua vez, é a cidade mais isolada do território, distando da capital cerca de três horas de avião pequeno ou quatro dias em barco, pelo Atlântico. Não obstante, o presidente da Funai encontrou povos indígenas sofrendo o impacto da civilização branca envolvente.

O grupo palikur se distribui em duas aldeias no rio Urucaú, num total de 600 índios que falam um dialeto, sendo que as mulheres não compreendem nada de português. Seu líder é um índio que se transformou em pastor protestante, adotando os ensinamentos de missões americanas que violentam os princípios originais de seu povo. Alguns desentendimentos na aldeia são provocados pela formação rigorosamente religiosa desse líder, chamado Orlando, que introduziu, ou insiste em introduzir, a idéia de pecado, o que tem provocado a revolta dos mais jovens. Cerca de 20 casas com paredes e cobertura de palha, uma igreja protestante e um incipiente comércio, que o próprio líder organizou em sua casa, formam a aldeia palikur.

Os índios do grupo galiby, 800 aproximadamente, se instala-

ram no próprio rio Uaçá, na vila Kumaruman que está sob a fiscalização de um posto indígena, localizado na aldeia. Os índios dormem em esteiras trançadas, protegidos por grandes mosquiteiros que cobrem grupos de 4 a 5 pessoas. Muitos deles já usam redes adquiridas em Oiapoque e conhecem bem o português, embora o idioma mais falado seja o "patois".

Os karipuna, 600 a 700 índios, estão situados no rio Curipi, nas vilas do Espírito Santo, Açaiçal e Santa Isabel, esta considerada a mais importante e onde o governo do território instalou um serviço de rádio e um motor de luz. O chefe karipuna em Santa Isabel, Manoel Primo dos Santos, já foi inclusive vereador em Oiapoque e só largou o cargo porque achava penoso deslocar-se da aldeia para participar das sessões na Câmara.

Todas as comunidades indígenas do Vale do Uaçá convergem para Oiapoque, cidade de pouco mais de mil habitantes, que influencia bem negativamente os índios que já compararam suas canoas a remo com as velozes lanchas que cortam o vale e sonham com roupas caras. Procurando imitar o branco da região, alguns jovens índios vão para a Guiana Francesa, onde trabalham meses como empregados braçais para conseguir dinheiro que gastam em roupas, bebidas e aparelhos elétricos. Ao voltarem para suas aldeias, não aceitam mais os costumes e se recusam a trabalhar nas roças ou a participar dos festejos tradicionais. Outras tribos, como os emerenhões, alokotoh e osayampi, que habitavam o lado brasileiro, passaram para a Guiana, onde numa localidade chamada Camopi recebem assistência médica, têm campo de pouso e, segundo comentários na região, são pagos pelo Governo francês para que ali permaneçam.